



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 111/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10973/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Fonte Boa.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Senhor Francisco Aroldo Araújo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 105/2014 (fls. 572/601).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2489/2014–DIMP-MPC–EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 602/606).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Fonte Boa. Exercício 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Cobrança Executiva. Comunicação à Secretaria da Receita Federal. Determinações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas as Contas Anuais da Câmara Municipal de Fonte Boa, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Francisco Aroldo Araújo Coelho**, Vereador-Presidente e Ordenador de Despesas à época, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.2- Aplicar Multa, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, ao responsável no valor de R\$ **4.468,42** (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), em face das restrições elencadas abaixo:

9.2.1- Saldo para o Exercício Seguinte, na importância de R\$ 46.068,46 em conta CAIXA, descumprindo o parágrafo 1º, art. 156, da CE/89;

9.2.2- Desatualização dos registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 111/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração em desacordo art. 94 da Lei nº 4.320/64;

9.2.3- Ausência do Parecer do Órgão de Controle Interno, descumprindo assim o Art. 10, XXI da Resolução nº 06/09;

9.2.4- Ausência de constituição de Controle Interno em desconformidade com Art. 70 c/c Art. 75 da CF/88;

9.2.5- Ausência de informação via SAP (Sistema de Atos de Pessoal);

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual, do montante de R\$ **4.468,42** (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), referente à MULTA discriminada no item “2”, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96;

9.4- Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a **inscrição da penalidade na dívida ativa** e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5- Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com fulcro no art. 2º da Lei nº 11.457/2007 sobre a divergência detectada pela Comissão de Inspeção, conforme Restrição nº 19;

9.6- Determinar à origem:

9.6.1- Que cumpra com rigor o estabelecido no Estatuto das Licitações;

9.6.2- Que preencha corretamente nas notas de empenho a sua especificação com a discriminação individual de cada item e respectivo valor, bem como, assine no campo “importância autorizada” (Lei n. 4.320/64, art. 61);

9.6.3- O cumprimento dos mandamento balizados na Resolução nº03/2013 (art. 1º, §4º, c/c art. 2º);

9.6.4- A execução do Serviço de informação ao cidadão, com instalações físicas de atendimento a interessados (atendendo os ditames da Lei nº 12.527/2011-Lei de acesso a informação quanto à implantação e manutenção dos Portais de Transparência, observando as alterações trazidas pela LC nº 131 de 2009 inerente ao art. 2º A Lei Complementar no 101/ 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C);

9.6.5- Que aponha os atestos em todas as Notas Fiscais em cumprimento ao art. 63, da Lei nº 4.320/64;

9.6.6- Que cumpra o disposto no parágrafo 1º, art. 156, da CE/89.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 111/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto ao TCE: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: D67B8670-B32DDBCA-0FBAF652-9A076E4E